COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.339, DE 2011

Acrescenta parágrafo único ao art. 59 de Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a existência de laboratórios de ensino técnico para estudantes portadores de necessidades especiais nas redes públicas de educação básica e de educação profissional e tecnológica.

Autor: DEPUTADO WASHINGTON REIS

Relatora: Deputada MARA GABRILLI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Washington Reis, propõe acréscimo de dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, para estabelecer que as redes públicas de educação básica, profissional e tecnológica devem assegurar a existência de laboratórios de ensino técnico para estudantes com necessidades especiais, com o objetivo de promover sua efetiva qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Na Justificação, o autor argumenta que, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já assegure a educação para o trabalho aos educandos com necessidades especiais, as redes públicas de ensino ainda não estão equipadas para atendê-los, de forma a oferecer educação técnica e profissional de qualidade para esses estudantes. A iniciativa em exame visa preencher essa lacuna, constituindo-se importante

estratégia de inclusão social, tanto no ambiente escolar quanto no mundo do trabalho.

O Projeto de Lei nº 2.339, de 2011, será apreciado conclusivamente pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos dos arts. 24, inciso II, e 54 do Regimento Interno desta Casa.

Nesta Comissão de Seguridade Social e Família, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas à Proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

De início, gostaríamos de destacar o mérito da iniciativa, que visa ampliar as oportunidades de inserção social dos jovens com deficiência, a fim de prepará-los para o exercício pleno de seus direitos de cidadania, em especial o direito ao trabalho, em igualdade de condições com os demais cidadãos.

Com efeito, o Projeto de Lei em tela trata de acessibilidade, no sentido amplo da palavra. Em síntese, acessibilidade significa tornar bens, serviços e oportunidades inclusivos, no sentido de permitir que todas as experiências e escolhas estejam disponíveis a todos os indivíduos, com ou sem deficiência. De fato, as pessoas com deficiência não querem ser consideradas como 'pessoas especiais' nem querem receber um tratamento privilegiado em razão de sua condição; querem ser tratadas, aceitas e ter as mesmas oportunidades que os outros membros da sociedade.

A acessibilidade não pode ser vista como um benefício social às pessoas com deficiência, porquanto é um direito que precede, em grande medida, o exercício dos demais direitos de cidadania. Não se pode deixar de considerar que a noção de cidadania encontra-se intimamente atrelada à ideia de acesso a valores e direitos que possibilitem sua efetiva participação social. Nesse contexto, o reconhecimento do direito à acessibilidade da pessoa com deficiência constitui condição imprescindível

para eliminação das barreiras que impedem a igualdade substantiva com os demais cidadãos.

Ressalte-se que, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico pátrio com *status* constitucional, a acessibilidade constitui princípio e pré-requisito para garantir o usufruto dos demais direitos humanos. Ao tratar da Acessibilidade, em seu art. 9º, a Convenção determina que os Estados Partes devem tomar as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e à comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação. Ademais, a Convenção proíbe qualquer discriminação em razão da deficiência, constituindo descumprimento da Convenção a falta de acessibilidade.

Contudo, ainda se enfrenta uma grande dificuldade de implementação da legislação referente à acessibilidade no Brasil, seja pelo desconhecimento, pela dificuldade de fiscalização de seu efetivo cumprimento e, principalmente, pela necessidade de uma mudança cultural significativa, uma vez que uma mudança arquitetônica, como a construção de uma rampa de acesso, não modifica apenas o espaço físico, mas permite a mudança do lugar social da pessoa com deficiência, historicamente impedida, por conta das barreiras socioambientais e atitudinais, de participar ativamente da sociedade.

O referido Tratado de Direitos Humanos define, no artigo 2, o que é desenho universal:

“Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.

Sob esse prisma, não mais se coaduna a criação de espaços que promovam a segregação da pessoa com deficiência. A nova ordem pugna pela criação de espaços inclusivos, acessíveis a todos ou, pelo menos, com adaptações razoáveis que assegurem às pessoas com deficiência o exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais,

Nesse contexto, a proposição em análise, a despeito de seu mérito e oportunidade, necessita de aperfeiçoamento para adequá-la aos ditames da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Destarte, não se considera adequada a criação de laboratórios de ensino técnico para utilização apenas dos alunos com deficiência. Entende-se mais consentânea a criação de laboratórios, tanto técnicos quanto científicos, acessíveis a alunos com deficiência, de forma que esses estudantes recebam, do sistema educacional, todo o apoio facilitador de sua efetiva educação, garantindo-lhes, por conseguinte, a igualdade de oportunidades às demais pessoas.

Isso posto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.339, de 2011, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de Julho de 2012.

Deputada MARA GABRILLI
Relatora

2012_10777

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 2.339, DE 2011

Acrescenta parágrafo único ao art. 59 de Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a existência de laboratórios acessíveis a educandos com necessidades especiais nas redes públicas de educação básica e de educação profissional e tecnológica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 59.....

.....

Parágrafo único. O atendimento ao disposto nos incisos I e IV compreenderá, inclusive, a existência de laboratórios de ensino acessíveis a educandos com necessidades especiais, nas redes públicas de educação básica e de educação profissional e tecnológica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de Julho de 2012

Deputada MARA GABRILLI
Relatora

2012_10345